
DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE POLÍTICA: HOMOSSEXUALIDADE E PROCESSOS DE RUPTURA NO BRASIL

Francis Deon Kich¹

PRADO, Marco Aurélio Maximo e MACHADO, Frederico Viana. **Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade.** São Paulo: Cortez, 2008. – (Preconceitos; v.5)

O livro “Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade” faz parte da coleção Preconceitos e é editado em 2008 pela Cortez Editora. A obra é desenvolvida por Marco Aurélio Maximo Prado e Frederico Viana Machado, ambos com expressiva produção acadêmica na área de psicologia social. Doutor em Psicologia Social pela PUC/SP, Marco Aurélio Maximo Prado é professor adjunto da UFMG e vem desenvolvendo estudos sobre um campo relativamente novo, a Psicologia Política, sendo um dos principais colaboradores da Revista Brasileira de Psicologia Política. Seus trabalhos versam sobre participação social, identidades coletivas, e movimentos sociais. Frederico Viana Machado é mestre em Psicologia Social pela UFMG e pesquisador do núcleo de Pesquisas em Psicologia Política da mesma universidade. Desenvolve estudos voltados a identidades coletivas, movimentos sociais, diversidade sexual e gênero. Também atua como psicólogo do centro de referencia GLBT em Belo Horizonte.

No presente trabalho Prado e Machado apontam para questões históricas, estudos de gênero e teorias Queer, mecanismos psicossociais de perpetuação do preconceito e o papel dos movimentos sociais no Brasil e no mundo. Ao final são indicadas possibilidades de aprofundamento quanto à filmografia, literatura, e onde podem ser encontrados espaços de militância em movimentos sociais para quem o desejar assim como grupos de estudos para aprofundamento acadêmico.

Os autores trazem a idéia de não heterossexualidades para definição das múltiplas formas de expressão de “identidade” afetivo-sexual, compreendida como algo não fixa. Também é utilizada a idéia de sub-cidadania para expressar dificuldades de acesso a direitos básicos que são negados à população GLBT através dos mecanismos de discriminação cotidiana. O silenciamento do outro, assim como a sua deslegitimação, fazem parte deste processo de construção do preconceito na medida em que este outro, silenciado, ocupa um não lugar na sociedade. As questões de desigualdade e diferença são colocadas ao final pelos autores enquanto um desafio de tensionamentos das relações público privado, onde se luta por igualdade quando a diferença inferioriza, e pela diferença quando a igualdade homogeneiza.

¹ Mestrando do programa de Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe - UFS com atuação nas áreas de Antropologia, Saúde Pública e Movimentos Sociais. Atualmente desenvolve atividades junto a Escola Técnica de Saúde do Estado de Sergipe - ETSUS/SE.

A homossexualidade é contextualizada histórica e culturalmente. Segundo eles, pensar a sexualidade de forma histórica permite perceber sua mobilidade em diferentes contextos, bem como perceber as diferentes noções que pautam as idéias de masculino e feminino, ativo e passivo, homem e mulher. Esta perspectiva não aponta à um consenso sobre a definição do termo homossexualidade.

Muito embora a sexualidade possa ser entendida como marco que oriente as identidades dos sujeitos, é trazido que a mesma por si é suficiente para pensar em homossexualidades, ou não heterossexualidades. Sua identificação é marcada por questões que ultrapassam a simples orientação sexual, passando pela produção de categorias que designarão uma produção cultural da homossexualidade. Nesta construção estão presentes negociações entre componentes de ordem particular que estão em constante interação com elementos de ordem pública. Segundo os autores, a auto-afirmação e identificação dentro de uma categoria como homo, bi, hetero, trans sempre será algo com ressonâncias políticas.

De um tempo para a cá a discussão sobre as não heterossexualidades tem mudado o foco de abordagem, deixando de trazer a dimensão patológica da diferença para assumir perspectivas relativistas e menos preconceituosas. Causas sobre a homossexualidade deixam de ser buscadas, e a sexualidade humana passa a ser compreendida a partir da relação entre aspectos biológicos e psicológicos, mas também sob aspectos sociais, antropológicos, políticos e geográficos. Na perspectiva de perceber a homossexualidade enquanto uma construção, os autores apontam três classes ou modelos de classificação contextualizadas historicamente.

No modelo do sexo único o homem era considerado como ponto que centralizava a compreensão de humanidade, sendo que as mulheres eram consideradas homens não evoluídos. Neste modelo não existe uma diferenciação entre homossexualidade e heterossexualidade. É trazida a noção de homossexualidade como pederastia, ou seja, atividade inserida no processo de ascensão para a condição de homem.

No modelo do dimorfismo radical (final do século XVIII e início do XIX) é marcada diferença entre homens e mulheres, e tal diferença traz as concepções que justificam sua hierarquização. A biologia é o saber que estabelece e justifica diferenças e desigualdades sociais. Aqui tiveram papel de suma importância as ciências modernas como psicologia, biologia, fisiologia, psiquiatria, dentre outras que buscaram a caracterização da sexualidade enquanto algo passível de naturalização. A perfeição é outra idéia que marca a busca destes saberes, abrindo espaço para a produção do seu oposto, ou seja, as idéias de imperfeições e degenerescência.

O modelo da diversidade sexual se pauta pelo aparecimento de grupos organizados e estudos científicos menos preconceituosos. Aqui se sobressaem os estudos que trouxeram uma forte tônica relativista, a qual trabalha na perspectiva de historização das concepções, assim como as contribuições da contracultura. Algumas

noções como a desvinculação entre sexo e prazer são componentes de forte influência para a produção de um sentido que transforma as bases da compreensão sobre sexualidade.

Outros aspectos também são de central importância para este processo de mudança, como papel da família enquanto pólo de produção da sociedade para o mercado, a autonomia sexual feminina com a descoberta da pílula, organização política do movimento feminista, visibilidade homossexual e ação dos movimentos sociais.

As principais correntes de estudo que dão lastro para diferentes formas de compreensão das homossexualidades são o estudo de gênero, sobre diversidade sexual e as teorias Queer. Compreender o porquê a homossexualidade existe, ou quais são os fundamentos básicos que definem a orientação sexual dos sujeitos deixa de ser foco de atenção das pesquisas, para perceber como as diferenças de gênero e sexualidade produzem relações de opressão entre os diversos grupos.

Prado e Machado destacam que a discussão sobre o conceito de gênero é trazido a partir das problematizações referentes à inferiorização da mulher. Gênero não é tratado apenas como um campo de estudo, mas também como expressão de relações de poder. Quanto as suas interfaces com as primeiras, são campos que tem se cruzado de forma muito modesta. Os autores citam Góis para delinear motivos que explicam a ausência de interlocução pela presença do heterossexismo e binarismo nos estudos de gênero. Os autores destacam que esta aproximação é produtiva. São abordados os papéis afetivos sexuais trazidos por Fry que se dão em nível fisiológico (masculino e feminino) papéis de gênero, de comportamento sexual (ativo/passivo) orientação sexual (hetero, homo, bissexual). Estas categorizações levam a pensar que existe uma diversidade de correlações quando se fala de papéis afetivo-sexuais.

Em relação às teorias Queer, Prado e Machado citam como sua maior expoente Judith Butler. Segundo ela masculino e feminino não são características dadas de forma pré-verbal, mas sim construídas na relação entre os sujeitos. A autora trabalhará com a ideia de performance para a compreensão do gênero. As teorias de gênero apresentam uma preocupação de denúncia de binarismos, rótulos e normas, sobretudo a heteronormatividade. As relações de poder estão presentes nessa discussão, o que deslocando a sexualidade para o campo do político.

Quanto aos estudos GLBT, os mesmos vêm se consolidando, e são vários os motivos que propiciam esta consolidação, a exemplo da produção feita nos encontros da ABEH tendo como foco a desconstrução dos preconceitos e discriminação contra esta população. Neste sentido é colocada a relevância histórica do estudo de José Fabio Barbosa, sob orientação do professor Florestan Fernandes na década de 1950. O estudo intitulado “Homossexualismo em São Paulo: estudo de

um grupo minoritário” destaca-se por ser o primeiro trabalho acadêmico produzido no Brasil que fogia a lógica em que a homossexualidade era tratada como doença ou patologia

Em seguida os autores apresentam uma discussão a respeito da produção de guetos, onde são levantados pontos a favor e pontos contra a produção destes espaços na sociedade. São vistos como positivos na medida em que se produzem espaços de proteção, de licença a atitudes que comumente não poderiam ser realizados e, afastadas as pressões sofridas no cotidiano. Ao mesmo tempo existe uma forte crítica que aponta para a produção de um mercado homossexual, o qual não estaria sendo estimulado por uma questão social, mas sim por ser uma fatia de mercado a se explorar. Outras formas de exclusão são produzidas, na medida em que, mesmo dentro dos guetos existem outras formas de discriminação como de gênero, raciais, classe social, etc.

Os autores argumentam, a partir desse capítulo 4, que o preconceito social age como um dos vários mecanismos voltados para assegurar a hierarquização entre os grupos sociais. Conferem legitimidade aos processos de inferiorização social, permitindo naturalizar desigualdades ao longo da história de uma sociedade.

Busca-se compreender de que forma o preconceito contra homossexuais se estrutura, ou seja, enquanto elemento que não permite aos indivíduos perceberem de forma mais ampla a realidade, tomando como referência naturalização de inferiorizações sociais. Assim a hierarquização e inferiorização, embora se desenvolvam de formas distintas, são fenômenos complementares na permanência das desigualdades e na intensificação dos processos de exclusão social. Estes processos podem se manifestar através da violência ou de forma silenciosa como a subalternização. Os autores afirmam que a hierarquização se sustenta nos mecanismos de subordinação, que visam uma funcionalidade entre os atores sociais em tipos específicos de organização localizados em diferentes tempos e espaços. Uma de suas características é a ausência de antagonismos abertos, ao passo que as diferentes posições identitárias se complementam. Este reconhecimento como expressão de violência significa a oportunidade para visualizar uma relação de opressão.

Na condição de regulador social, o preconceito busca assegurar a permanência das relações subordinadas não permitindo que se transformem em política, sendo uma das suas principais estratégias o emprego de atributos negativos de origem moral, religiosa ou mesmo vinda das ciências, a fim de definir um tipo de hierarquia sexual onde a heteronormatividade surge como referência que regula as diferentes relações, seja entre indivíduos ou indivíduos e governo.

Prado e Machado afirmam que os processos de inferiorização possuem amplas implicações, na medida em que afetam tanto o acesso a direitos sociais, como estimulam seu isolamento ao não reconhecer este processo como forma de opressão.

Assim a hierarquização pode ser compreendida como uma operação dialética voltada para a inferiorização, que por sua vez age no sentido de reforçar a idéia de hegemonia e superioridade de um grupo sobre outro.

Enquanto fenômeno psicossociológico, o preconceito tem um espectro amplo que interfere, por exemplo, em atitudes como “sair do armário”. Essa ação individual exige, por parte do indivíduo, uma resignificação das características negativas assimiladas além do enfrentamento público e político da subalternização e inferiorização, tornando claros os pressupostos que amparam tais mecanismos. Em muitos casos, esse movimento traz como implicação direta a necessidade de mudanças amplas e concretas na vida dos atores, determinando-lhes a escolha de novos espaços de convivência e de trabalho que torne possível uma existência identitária mais segura.

A inserção do preconceito contra homossexuais na esfera política implica não somente transformar esse campo, mas atuar num processo continuado de conscientização do público vinculado a esse debate. Dentre as estratégias possíveis no enfrentamento político do tema está tanto a possibilidade de desconstrução/ressignificação quanto da construção do discurso e da ação pública. Uma das estratégias pertinentes nesse projeto de ação pode ser visualizada nas paradas GLBTs, que vem cumprindo um propósito mobilizador e cultural expressivo na medida em que tem se mostrado como um instrumento político de grande amplitude.

Os autores entendem que o fenômeno da modernização contribui bastante para a expressão de outras formas de manifestações afetivo/sexuais que não heterossexuais. A Revolução Francesa teve um papel importante ao difundir os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, o que contribui para a abertura política quanto a esta discussão.

No que concerne aos movimentos sociais, são delineadas dois perfis com diferentes focos. O foco dos “movimentos sociais tradicionais”, o qual recebeu forte tradição marxista, estava orientado para a luta de classes. Sua busca voltou-se para conquistas no plano econômico estrutural. Por outro lado os “novos movimentos” trazem novas demandas de lutas associadas a questões identitárias, com foco na diversidade, reconhecimento e combate das formas de opressão simbólica.

O que está em questão é uma ampliação do termo política, a qual não pode ser pensada apenas em termos estruturais, ou institucionais, mas sim em outras dimensões das vidas das pessoas. Sua interdependência e inseparabilidade com a cultura é de fundamental importância para a percepção das ambigüidades. Ao mesmo tempo é importante que não se ignore o papel do Estado, considerado locus privilegiado de ação política.

São colocados três momentos de profusão de manifestações afetivos sexuais. A primeira, entre os séculos XVIII – XIX – XX, refere-se a manifestações isoladas que começam a dar origem a noção de desvio sexual, ou criação de uma cultura marginalizada. Tais manifestações são caracterizadas por diferentes inserções políticas e possuem múltiplos significados no decorrer da história.

O segundo momento diz respeito ao movimento homófilo, situado entre os anos de 1940 a 1960. Este movimento teve origem na Dinamarca, países baixos, e a partir de 1960 começa a se expandir para Suécia, Noruega, EUA, França Inglaterra. A utilização do termo homófilo procurou enfatizar a possibilidade de amor entre pessoas do mesmo sexo, ao invés do termo homossexual contendo mera conotação sexual. São resgatadas organizações em todo mundo, começando pela Holanda onde houve o primeiro registro de uma organização GLBT, na sua maioria idealizadas por comunistas e militantes de esquerda radical.

A terceira fase pôde ser ilustrada através dos movimentos de “Libertação Gay”, que correspondem aos movimentos da atualidade. Aqui são colocados acontecimentos em nível nacional, onde são apresentadas principais grupos e sujeitos que fizeram parte desta construção.

Os autores colocam que o momento da Libertação gay vem no bojo de uma série de manifestações de contracultura que contestam valores sociais, familiares e relações amorosas. Os movimentos das Stonewall Riots como principal desencadeador de movimentos da contemporaneidade, foram propulsores das marchas contra discriminação, que tiveram como consequência as paradas do orgulho. Embora evento de Stonewall tenha ficado como marco histórico, ocorrido em Nova York em 1969, tais manifestações já teriam acontecido outras vezes pelo mundo.

Outra organização de notória importância foi a fundação da Gay Liberation Front, entidade de combate e militância homossexual, que teve muita influência nos Estados Unidos e no mundo. A partir de 1970 há um crescente número de organizações de grupos.

A Segunda Guerra Mundial foi um acontecimento que propulsionou a organização de grupos de militância em função da identificação de muitos homossexuais; o contato que o contexto proporcionou a outras formas de relações, formando novas concepções sobre identidade homossexual por parte de quem praticava a homossexualidade e de quem não praticava também; o isolamento permitiu que soldados estabelecessem intimidades entre si e explorar sentimentos e desejos homossexuais; o enfraquecimento dos papéis de gênero com a migração de mulheres para centros urbanos possibilitando a experiência lésbica. O retorno aos antigos padrões de comportamentos se torna difícil frente a tamanhas modificações

Os novos movimentos sociais fazem uma articulação entre reivindicações de questões estruturais, econômicas, e ao mesmo tempo simbólicas, produzindo nexos entre movimentos com diferentes objetos, como a associação entre movimentos gay e negro, ou de mulheres.

No âmbito nacional, os autores trazem a história de um “movimento guei”, que conota o abasileiramento de um termo que foi cunhado nos Estados Unidos. É registrado o grupo SOMOS assim como a inauguração do dia da visibilidade lésbica, em 19 de agosto de 1983 no Brasil. Este dia sinaliza outras formas de opressão simbólica com o machismo e o racismo. Na década de 1980 o movimento homossexual sofre um apagamento por decorrência de acontecimentos como o fim do jornal “O Lâmpião da esquina”, a falta de recursos, crise econômica, inexperiência e ineficiência de mobilização de grupos

Por outro lado no 1990 emerge o chamado de “reflorescimento” do movimento, onde mudanças importantes ocorrem no campo legislativo, mercado e novos espaços de sociabilidade, além do surgimento de novas entidades de defesa e as paradas do orgulho gay.

Os autores ainda trazem que este é um debate amplo, e que existe um imenso campo de produção. Para eles é necessário ter um pensamento não conclusivo, pois ainda não são conhecidas todas as formas de subalternidades produzidas pelas hierarquizações. Articulações entre preconceitos sexuais com outras formas de subalternidade ainda são pouco conhecidas no Brasil e merecem maior investigação para entender “como a articulação de hierarquias geram subalternização de grupos sociais se entrelaça, se sobrepõe e cria formas de violência que, apesar de todo sofrimento que causam, permanecem ocultas”. (19)

É proposta a noção de pontos nodais para expressar múltiplos desdobramentos que perpassam as relações entre diferentes formas de subalternidades, e como se estabelecem estas relações. Os preconceitos, ainda que de forma difusa, podem ser diagnosticados e denunciados, e os movimentos GLBT são os principais atores neste processo, pois a interpelação da heteronormatividade só acontece via manifestações desta ordem. Esta é uma discussão que poderia ser mais aprofundada na medida em que existem outras formas de produção de resistência a heteronormatividade, discussão que passa pelos novos arranjos familiares, produção de jurisprudência ou mesmo os crescentes atos de manifestações de afeto em espaços públicos.

É colocada a importância de produzir uma memória, visto que esta foi tirada da população GLBT, o que restringe inclusive a construção de referências. Por fim, são indicadas fontes bibliográficas, filmes, organizações não governamentais, listas de discussão na internet e núcleos de estudos relacionados a temática GLBT.

De linguagem acessível, a obra destina-se psicólogos, antropólogos, sociólogos, militantes e aos que queiram aprofundar estudos sobre preconceito contra homossexualidades, interfaces entre psicologia e política, bem como as tensões entre público e privado, que segundo os autores é uma construção da modernidade. Prado e Machado conseguem guiar com destreza o leitor interessado em realizar um percurso histórico sobre movimentos GLBT no Brasil e no mundo, e como estes processos colocaram em cheque valores que tradicionalmente sustentaram desigualdades através da manutenção de hierarquias sociais. Fruto de um conjunto de pesquisas na área, obra articula com maestria a relação entre conhecimentos científicos e processos de construção política sobre o tema.